

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 035/2024 - DISP/SEMINF
(Processo Administrativo n.º 26040002/2024)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento por Menor Preço por item, na hipótese do Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal n.º 517/2023, e demais normas aplicáveis, conforme discriminado a seguir:

Data de início para apresentação da proposta e documentação	02 de maio de 2024
Data limite para apresentação da proposta e documentação:	07 de maio de 2024
Hora limite para apresentação da proposta e documentação:	16h00min
Endereço eletrônico para recebimento da proposta e documentação:	licitportalegre@gmail.com
Link do Aviso de Contratação Direta e Anexos:	Site Oficial da Prefeitura (www.portalegre.rn.gov.br) e no Site Oficial do Portal Nacional de Contratações Públicas (https://www.gov.br/pncp/pt-br)
Critério de Julgamento:	Menor Preço por item

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de empresa para fornecimento de MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
- 1.2. Os itens, suas especificações, unidades de medida, quantidades e demais informações encontram-se no Anexo V deste documento.
 - 1.2.1. Faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO

- 2.1. A participação na presente Dispensa de Licitação ocorrerá através do envio da proposta de preços e dos documentos de habilitações especificados neste Aviso de Contratação Direta, na forma estabelecida no preâmbulo desse documento.
- 2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
 - 2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
 - 2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
 - 2.2.3.1. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

- 2.2.3.2. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.2.3.3. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.2.3.4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.2.3.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.2.3.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.5. O disposto no item 2.3.3.3 aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.6. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.7. sociedades cooperativas.

2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da Dispensa de Licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO E ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

3.1. O ingresso do fornecedor na Dispensa de Licitação ocorrerá com o envio de sua proposta e documentos de habilitação, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará ao endereço eletrônico (e-mail): licitportalegre@gmail.com, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para o envio dos documentos.

3.3. Juntamente com a proposta, o interessado deverá enviar toda a documentação de habilitação descrita neste aviso, na mesma forma do item anterior.

- 3.4. Se a opção escolhida for o envio por intermédio do site oficial da Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, deve levar em consideração que somente a proposta de preço poderá ser anexada, mas o envio da documentação de habilitação constante no Termo de Referência poderá ser por e-mail ou envio ao endereço físico.
- 3.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.
- 3.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- 3.6.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 3.6.2. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.8. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 3.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Anexo I, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.10. Juntamente com a proposta, o fornecedor deverá também enviar Declaração Conjunta constando as seguintes informações:
- 3.10.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.10.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 3.10.3. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- 3.10.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.10.5. que está enquadrado como microempresa, empresa de pequeno, se for o caso, atendendo aos os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 4.1. Encerrado o prazo para o envio das propostas e documentos de habilitação, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 4.2. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
 - 4.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.
 - 4.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 4.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado em ato formal, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 4.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.
- 4.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 4.6.1. contiver vícios insanáveis;
 - 4.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 4.6.3. apresentar preços inexequíveis ou, quando for o caso, permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 4.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 4.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 4.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - 4.7.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 4.7.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

- 4.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 4.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 4.10. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 4.11. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 4.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 4.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 4.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5. HABILITAÇÃO

- 5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I, referente ao Termo de Referência, especificamente o item “11”, deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado.
- 5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 5.2.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União:
(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>); e
 - 5.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União:
(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>).
 - 5.2.3. Cadastro de Fornecedores/Prestadores de Serviços Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal de Portalegre/RN – CAFIP:
(https://www.appsheet.com/start/98c0e667-aff6-43aa-85b3-e0889ee4b721#appName=Cafip-767341730&group=%5B%5D&sort=%5B%5D&table=vis_sancao&view=Cadastro+de+Fornecedores%2F+Prestadores+de+Servi%C3%A7os+Impedidos+de+Licitar+e+Contratar+com+a+Administra%C3%A7%C3%A3o+P%C3%BAblica+Municipal+de+Portalegre%2FRN+CAFIP)
 - 5.2.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
 - 5.2.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório.

5.2.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.2.4.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, através do e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

5.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

5.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.7. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

5.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

5.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. As infrações e sanções administrativas são aquelas estabelecidas no Anexo I deste Aviso.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

7.1. As obrigações da contratante e contratada são aquelas estabelecidas no Anexo I deste Aviso.

8. CONTRATAÇÃO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência

postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

8.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.3. Caso se conclua pelo uso da nota de empenho ou do instrumento equivalente em substituição ao termo de contrato, o aceite desses documentos, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

8.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Anexo I.

8.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data para envio de nova documentação;

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 10.1.1 e 10.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver nenhum interessado em participar da contratação (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as publicações e os emails, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens enviadas e publicações realizadas.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça o recebimento da proposta e documentos na data marcada, a data limite será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos observarão o horário de Brasília-DF.

- 9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ato formal, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.11. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 9.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;
 - 9.11.2. ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços;
 - 9.11.3. ANEXO III - Modelo de Declaração Unificada;
 - 9.11.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração de conhecimento das condições e peculiaridades da contratação;
 - 9.11.5. ANEXO V – Valores Estimados da Contratação;
 - 9.11.6. ANEXO VI – Minuta de Termo de Contrato;

Portalegre/RN, 02 de maio de 2024.

Rogian Matheus Batista Rêgo
Secretário Municipal de Infraestrutura
Matrícula n.º 595-2

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por escopo especificar os produtos a serem adquiridos e estabelecer as condições de contratação de empresa para fornecimento de MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, nos termos do ANEXO I, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 509/2023.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. É perfeitamente justificável a aquisição dos produtos citados no **ANEXO I** tendo em vista que a SEMINF carece dos itens elencados neste termo de referência para o cumprimento de suas atividades e obrigações, haja vista a necessidade da aquisição de materiais e equipamentos de construção civil são essenciais para manter os níveis de estoque do almoxarifado, com a finalidade de suprir as necessidades constantes de manutenção das repartições e logradouros públicos do município.
- 2.2. A aquisição de materiais de construção para a manutenção de prédios públicos é essencial para garantir a segurança e o conforto dos usuários desses espaços. A falta de manutenção adequada pode levar a problemas como vazamentos, infiltrações, rachaduras e danos à estrutura, comprometendo a integridade do prédio e colocando em risco a segurança das pessoas que o frequentam.
- 2.3. A manutenção dos logradouros públicos é essencial a fim de manter a qualidade do acesso e do trânsito constante de pessoas e veículos. Construções como calçada, meio-fio e ruas com pavimento de paralelepípedo tem necessidade constante de reparos. A falta de manutenção adequada pode levar a problemas maiores como falta de acessibilidade, surgimento e/ou expansão de buracos, comprometendo a segurança das pessoas e veículos e causando danos à infraestrutura básica do município.
- 2.4. Além disso, a manutenção adequada dos logradouros e prédios públicos é uma responsabilidade do Estado, já que eles são patrimônio público e, portanto, devem ser preservados e conservados para garantir o bem-estar da população.
- 2.5. Quando a manutenção é realizada de forma preventiva e corretiva, evita-se o surgimento de problemas maiores que exigiriam gastos maiores para reparação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Descrição da Necessidade como Um Todo

- 3.1.1. A Prefeitura Municipal de Portalegre/RN carece dos itens elencados neste Termo de Referência com a finalidade de repor os níveis de estoque atual que se encontram com itens em falta ou com baixa disponibilidade.
- 3.1.2. Tanto os itens quanto os seus respectivos quantitativos encontram-se estimados para serem utilizados no decorrer do ano, para isto é considerado a durabilidade dos reparos, a manutenção preventiva e corretiva do sistema público.
- 3.1.3. Os materiais serão utilizados em reformas e reparos da infraestrutura municipal, o que inclui reparos em alvenaria, instalações hidráulicas, instalações elétricas e pavimentação pública. Os produtos deverão ser entregues na sede, devendo estar dentro do prazo da validade e com garantia prevista no código do consumidor.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Subcontratação

- 4.1.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. Garantia da contratação

- 4.2.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. Demais requisitos

- 4.3.1. Comprovação através de atestado de Capacidade Técnica de aptidão para o desempenho de atividades pertinentes, compatíveis com objeto deste Termo de Referência, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

- 4.3.2. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução da entrega dos itens referentes ao objeto do Contrato;
- 4.3.3. Cumprir com os prazos, disposições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- 4.3.4. Comunicar a contratante quaisquer ocorrência que impeçam, mesmo que temporariamente, a entre dos itens pertencentes ao objeto em questão;

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

I – Condições de Execução:

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Ordem de Compra/Empenho.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua José Vieira Mafaldo, 122, Centro, Portalegre/RN. Almoxarifado da Secretaria Municipal de Infraestrutura.
- 5.4. Dias e Horários da entrega dos itens: segunda à sexta-feira das 07h00min às 16h00min.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.6. A designação e atuação da gestão e da fiscalização da presente contratação seguirá o modelo previsto no Decreto n.º 511, de 04 de janeiro de 2023.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassam o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias.
- 7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 7.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento.
- 7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, podendo ser constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.14. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.15. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de Pagamento

- 7.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária aplicável.

Forma de Pagamento

- 7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, exceto o ISS, que poderá ser retido na fonte. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei, neste termo de referência ou no contrato;
- 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.9.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta dias).
- 8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.6. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
 - 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

- 9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.1.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.14.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.1.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.1.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do contrato;
- 9.1.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.1.19.** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.
- 9.1.20.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 10.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 10.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação direta, licitação ou a execução do contrato;
- 10.1.9. fraudar o procedimento de contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.11. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 10.1.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 10.1.13. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

- 10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 10.2.1. Advertência pela falta do subitem 7.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 10.2.2. Multa:
- 10.2.2.1. moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- 10.2.2.1.1. O atraso superior a 21 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 10.2.2.2. compensatória de 15% sobre o valor da parcela em atraso, no caso de inexecução parcial.
- 10.2.2.3. compensatória de 20% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 10.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 10.3. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).
- 10.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 10.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- 10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- 10.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 10.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 10.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 10.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).
- 10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

I – Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

II – Exigências de habilitação

As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

11.2. Habilitação jurídica

11.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.2.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

11.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.2.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.3. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

11.3.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.3.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.3.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.3.4. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

11.3.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.3.6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.3.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.3.7. prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.3.7.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

11.4. Habilitação econômico-financeira:

11.4.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

11.5. Habilitação técnica:

11.5.1. Declaração do fornecedor atestando acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo a ser disponibilizado.

11.5.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação a este Termo de Referência assim que os valores estimados forem calculados na forma do Art. 23 da Lei 14.133/2021 e regulamento.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Portalegre/RN, 29 de fevereiro de 2024.

Rogian Matheus Batista Rêgo
Secretário Municipal de Infraestrutura
Matrícula n.º 595-2

Italo Eduardo Freitas Fonseca
Chefe de Dep. de Fisc. de Obras e Serv. Urbanos
Matrícula n.º 599



José Alan da Silva Fernandes
Diretor de Planejamento
Matrícula n.º 587-1

ANEXO I

ITEM	MATCAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	REFERÊNCIA
1.	441647	Arame Farpado Material: Aço Diâmetro: 2,76 MM Tratamento Superficial: Galvanizado Características Adicionais: Concertina Simples 300mm ARAME FARPADO 2,76MM ROLO DE 500MT	3	UND	
2.	247711	Arame Galvanizado Material: Arame Galvanizado Tipo: Nº 18 ARAME GALVANIZADO 18 BWG FIO 1,24MM ROLO COM 105MTS 1KG	30	UND	
3.	441980	Barramento Cobre Tipo: Terra/Neutro Aplicação: Instalação Elétrica Características Adicionais: Barra Com 06 Bornes Corrente Nominal: 50 A BARRAMENTO COM 6 BORNES – ATERRAMENTO	25	UND	



ITEM	MATCAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	REFERÊNCIA
4.	266209	<p>Cabo Aço Tratamento Superficial: Galvanizado Tipo: Com Alma De Sisal Bitola: 3/8" POL Aplicação: Perfuração Poço Tubular</p> <p>CABO DE AÇO 3,8MM REVESTIDO PVC CRISTAL (3/16)</p>	500	M	
5.	343766	<p>Cabo Aço Tratamento Superficial: Galvanizado Tipo: Alma De Fibra Bitola: 5/16 POL Características Adicionais: Torção Regular À Direita, Formação 6 X 7</p> <p>CABO DE AÇO GALVANIZADO 5/16"</p>	1000	M	
6.	346882	<p>Cabo Elétrico Flexível Temperatura: 70 °C Tensão Isolamento: 750 V Cor Da Cobertura: Azul Seção Nominal: 2,5 MM2 Material Do Condutor: Cobre Eletrolítico Material Isolamento: Pvc - Cloreto De Polivinila</p> <p>CABO FLEXÍVEL 2,5MM AZUL 750V</p>	1000	M	
7.	419878	<p>Cabo Elétrico Flexível Tensão Isolamento: 750 V Normas Técnicas: Nbr-6148, Nbr-6245, Nbr-6812 E Nbr-6880 Têmpera Condutor: Mole Cor Da Cobertura: Verde Seção Nominal: 2,5 MM2 Material Do Condutor: Cobre Eletrolítico Material Isolamento: Isolação Extrudada De Pvc Anti Chama Temperatura Operação: 70 °C</p> <p>CABO FLEXÍVEL 2,5MM VERDE 750V</p>	1000	M	



ITEM	MATCAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	REFERÊNCIA
8.	419882	<p>Cabo Elétrico Flexível Tensão Isolamento: 750 V Normas Técnicas: Nbr-6148, Nbr-6245, Nbr-6812 E Nbr-6880 Têmpera Condutor: Mole Cor Da Cobertura: Vermelha Seção Nominal: 2,5 MM2 Material Do Condutor: Cobre Eletrolítico Material Isolamento: Isolação Extrudada De Pvc Anti Chama Temperatura Operação: 70 °C</p> <p>CABO FLEXÍVEL 2,5MM VERMELHO 750V</p>	1000	M	
9.	419880	<p>Cabo Elétrico Flexível Tensão Isolamento: 750 V Normas Técnicas: Nbr-6148, Nbr-6245, Nbr-6812 E Nbr-6880 Têmpera Condutor: Mole Cor Da Cobertura: Preta Seção Nominal: 2,5 MM2 Material Do Condutor: Cobre Eletrolítico Material Isolamento: Isolação Extrudada De Pvc Anti Chama Temperatura Operação: 70 °C</p>	1000	M	
10.	419893	<p>Cabo Elétrico Flexível Tensão Isolamento: 750 V Normas Técnicas: Nbr-6148, Nbr-6245, Nbr-6812 E Nbr-6880 Têmpera Condutor: Mole Cor Da Cobertura: Azul Seção Nominal: 6 MM2 Material Do Condutor: Cobre Eletrolítico Material Isolamento: Isolação Extrudada De Pvc Anti Chama Temperatura Operação: 70 °C</p> <p>CABO FLEXÍVEL 6,0MM AZUL 750V</p>	600	M	



ITEM	MATCAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	REFERÊNCIA
11.	613582	<p>Cabo Elétrico Flexível Tensão Isolamento: 750 V Aplicação: Instalação Elétrica Normas Técnicas: Nbr-6148, Nbr-6245, Nbr-6812 E Nbr-6880 Têmpera Condutor: Mole Cor Da Cobertura: Azul Seção Nominal: 10 MM2 Material Do Condutor: Cobre Eletrolítico Material Isolamento: Isolação Extrudada De Pvc Anti Chama Temperatura Operação: 70 °C</p> <p>CABO FLEXÍVEL 10,0MM AZUL 750V</p>	200	M	
12.	419875	<p>Cabo Elétrico Flexível Tensão Isolamento: 750 V Normas Técnicas: Nbr-6148, Nbr-6245, Nbr-6812 E Nbr-6880 Têmpera Condutor: Mole Cor Da Cobertura: Amarela Seção Nominal: 1,5 MM2 Material Do Condutor: Cobre Eletrolítico Material Isolamento: Isolação Extrudada De Pvc Anti Chama Temperatura Operação: 70 °C</p> <p>CABO FLEXÍVEL 1,5MM AMARELO 750V</p>	500	M	
13.	419871	<p>Cabo Elétrico Flexível Tensão Isolamento: 750 V Normas Técnicas: Nbr-6148, Nbr-6245, Nbr-6812 E Nbr-6880 Têmpera Condutor: Mole Cor Da Cobertura: Azul Seção Nominal: 1,5 MM2 Material Do Condutor: Cobre Eletrolítico Material Isolamento: Isolação Extrudada De Pvc Anti Chama Temperatura Operação: 70 °C</p> <p>CABO FLEXÍVEL 1,5MM AZUL 750V</p>	660	M	



ITEM	MATCAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	REFERÊNCIA
14.	419873	<p>Cabo Elétrico Flexível Tensão Isolamento: 750 V Normas Técnicas: Nbr-6148, Nbr-6245, Nbr-6812 E Nbr-6880 Têmpera Condutor: Mole Cor Da Cobertura: Branca Seção Nominal: 1,5 MM2 Material Do Condutor: Cobre Eletrolítico Material Isolamento: Isolação Extrudada De Pvc Anti Chama Temperatura Operação: 70 °C</p> <p>CABO FLEXÍVEL 1,5MM BRANCO 750V</p>	450	M	
15.	419887	<p>Cabo Elétrico Flexível Tensão Isolamento: 750 V Normas Técnicas: Nbr-6148, Nbr-6245, Nbr-6812 E Nbr-6880 Têmpera Condutor: Mole Cor Da Cobertura: Azul Seção Nominal: 4 MM2 Material Do Condutor: Cobre Eletrolítico Material Isolamento: Isolação Extrudada De Pvc Anti Chama Temperatura Operação: 70 °C</p> <p>CABO FLEXÍVEL 4,0MM AZUL 750V</p>	900	M	
16.	419892	<p>Cabo Elétrico Flexível Tensão Isolamento: 750 V Normas Técnicas: Nbr-6148, Nbr-6245, Nbr-6812 E Nbr-6880 Têmpera Condutor: Mole Cor Da Cobertura: Vermelha Seção Nominal: 4 MM2 Material Do Condutor: Cobre Eletrolítico Material Isolamento: Isolação Extrudada De Pvc Anti Chama Temperatura Operação: 70 °C</p> <p>CABO FLEXÍVEL 4,0MM VERMELHO 750V</p>	700	M	
17.	459997	<p>Cabo Elétrico Flexível Tensão Isolamento: 450/750 V Tipo: Paralelo Formação Condutor: 2 X 1,5 MM Material Do Condutor: Cobre Material Cobertura: Composto Termoplástico Antichama</p> <p>CABO FLEXÍVEL TIPO PP 2X1,5MM</p>	300	M	



ITEM	MATCAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	REFERÊNCIA
18.	601517	<p>Caixa Protetora Hidrômetro</p> <p>Material: Alumínio Comprimento: 40 CM Largura: 50 CM Profundidade: 11 CM Características Adicionais: Tampa Transparente E Chave</p> <p>CAIXA PARA HIDROMETRO CAERN</p>	6	UND	
19.	313789	<p>Cal Viva</p> <p>Material: Carbonato De Cácio Apresentação: Pó Aplicação: Construção Em Geral Características Adicionais: Lavável Após 48 Hs</p> <p>CAL SUPERCAL EM PÓ, PACOTE 5KG</p>	200	UND	
20.	600188	<p>Chave Magnética</p> <p>Tipo: Partida Direta Tensão Nominal: 380 V Corrente Nominal: 6,3 A Características Adicionais: Trifásica, Weg Trif Pdw02 - 3v4</p>	2	UND	
21.	343460	<p>Fechadura</p> <p>Material Caixa: Aço Características Adicionais: Maçaneta Tipo Alavanca E Folha Da Porta 25/40 Mm Tipo: Externa</p> <p>FECHADURA EXTERNA EM AÇO COM 2 CHAVES, 1 PAR DE ESPELHOS, CONTRA TESTA, 1 PAR DE MAÇANETAS</p>	20	UND	
22.	356134	<p>Grampo Para Cabo</p> <p>Material: Aço Tipo Uso: Cabo Aço Bitola: 1/8 POL</p> <p>GRAMPO/CLIP PARA CABO DE AÇO 1/8"</p>	200	UND	



ITEM	MATCAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	REFERÊNCIA
23.	451495	<p>Lâmpada Led Tensão Nominal: Bivolt Potência Nominal: 9 W Tipo Base: E-27 Cor: Branca Temperatura De Cor: 6000 K Frequência Nominal: 50/60 HZ</p> <p>LÂMPADA AVANT LED 9W 6500K BIVOLT</p>	70	UND	
24.	370526	<p>Lixeira Material: Aço Inoxidável Capacidade: 12 L Tipo: Com Tampa Características Adicionais: Haste E Pedal Para Acionamento Da Tampa Aplicação: Coleta De Lixo</p> <p>LIXEIRA 12L, QUADRADA, AÇO INOXIDÁVEL COM TAMPA TIPO BASCULANTE</p>	8	UND	
25.	231314	<p>Pulverizador Costal Manual Material Tanque: Polietileno Capacidade Tanque: 20 L Peso Bruto Máximo: 31,50 KG Aplicação: Pulverização De Gases E Líquidos</p> <p>PULVERIZADOR COSTAL MANUAL 20 LITROS</p>	1	UND	
26.	250731	<p>Quadro Distribuição Quantidade Fases: 1 Barramento: Sem Barramento Quantidade Circuitos: 1 Cor: Cinza Revestimento: Pvc Características Adicionais: Para Disjuntores "Din" Tamanho: 5 X 12 CM Quantidade Ramais: 1 Aplicação: Proteção Circuito Elétrico Tipo: Sobrepor QUADRO DISTRIBUICAO PLASTICO 1 DISJUNTOR BRANCO</p>	30	UND	



ITEM	MATCAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	REFERÊNCIA
27.	282429	<p>Quadro Distribuição Quantidade Fases: 1 Quantidade Circuitos: 4 Cor: Cinza Revestimento: Pvc Características Adicionais: Para Disjuntores Tamanho: 20 X 20 CM Aplicação: Proteção Circuito Elétrico Tipo: Embutir</p> <p>QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA 04 DISJUNTORES - EMBUTIR</p>	8	UND	
28.	366011	<p>Quadro Distribuição Quantidade Fases: 1 Barramento: Barramento Em Cobre Quantidade Circuitos: 8 Cor: Branca Características Adicionais: Com Tampa Em Acrílico Tipo: Sobrepor Material: Pvc Rígido Fixação: Trilho Dim</p> <p>QUADRO D DISTRIBUIÇÃO PARA 08 DISJUNTORES, COM BARRAMENTO - EMBUTIR</p>	12	UND	
29.	375831	<p>Relé De Nível Tensão Alimentação: 220 V</p> <p>RELE DE NIVEL PARA RESERVATORIO 220V A 380V REL 01</p>	2	UND	
30.	237551	<p>Telha Material: Fibrocimento Tipo: Ondulada Comprimento: 244 CM Largura: 110 CM Espessura: 5 MM</p> <p>TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA 5MM 2,44X1,10MM</p>	25	UND	
31.	456384	<p>Tinta Acrílica Componentes: Resina Acrílica Com Água Aspecto Físico: Líquido Viscoso Cor: Branco Gelo Tipo Acabamento: Fosco</p> <p>TINTA ACRÍLICA BRANCO GELO 15L.</p>	25	UND	



ITEM	MATCAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	REFERÊNCIA
32.	611062	Trilho Cortina Material: Ferro/Pvc Comprimento: 3 M Características Adicionais: Modelo Varão Simples, Com Suportes Diâmetro: 28 MM VARÃO DE CORTINA BRANCO	3	UND	
33.	481432	Tubo Hidráulico Material: Pvc Diâmetro: 25 MM Tipo: Soldável TUBO PVC ÁGUA FRIA 25MM – BARRA COM 6M	30	UND	
34.	481325	Tubo Hidráulico Material: Pvc Diâmetro: 60 MM TUBO PVC ÁGUA FRIA 60MM – BARRA COM 6M	12	UNID	
35.	233972	Tubo Plástico Material: Pvc Diâmetro: 100 MM Comprimento: 6 M Aplicação: Esgoto TUBO PVC ESGOTO PREDIAL 100MM	20	UNID	
36.	264236	Vaso Sanitário Material: Louça Cor: Branca Características Adicionais: Acoplado Com Descarga Tipo: Convencional BACIA ACOPLADA BRANCA – CAPACIDADE 6L	4	UND	

OBSERVAÇÕES: 1. As fotos são meramente ilustrativas, ou seja, não necessariamente tem de ser fornecida a marca que aparece nas mesmas. O que é imprescindível é o atendimento às especificações constantes na coluna “DESCRIÇÃO”;



MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À(o)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 035/2024 - DISP/SEMINF

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL.

PROPONENTE:, CPF/CNPJ:.....

Apresentamos e solicitamos de Vossa Senhoria a apreciação de nossa proposta relativa ao Processo Licitatório em epígrafe, declarando que:

Temos condições de atender a todos os requisitos estabelecidos na Proposta a Seguir.

Manteremos o preço de nossa proposta válida, por 60 (sessenta) dias.

Item	Descrição – Serviços	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1					

TOTAL GERAL GLOBAL: XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)

No preço ofertado estão incluídas todas as despesas que incidam ou venham a incidir tais como, fretes, impostos, taxas, encargos enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto ora licitado.

Declaramos de que compreendemos a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o serviço ser prestado sem ônus adicionais.

Atenciosamente,

Local/UF, Data.

Empresa e/ou assinatura do responsável legal



MODELOS DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO UNIFICADA - PJ

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 035/2024 - DISP/SEMINF

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL.

A EMPRESA....., ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE LEGAL INFRA ASSINADO, SOB AS PENAS DA LEI, DECLARA:

1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
3. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
5. que está enquadrado como microempresa, empresa de pequeno, se for o caso, atendendo aos os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

(Local) _____, ___ de _____ de 20__

Empresa e assinatura do responsável legal

DECLARAÇÃO UNIFICADA - PF

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 035/2024 - DISP/SEMINF

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL.

EU,....., INFRA ASSINADO, SOB AS PENAS DA LEI, DECLARA:

1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
3. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

(Local) _____, ___ de _____ de 20__

Assinatura do Declarante

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO



DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 035/2024 - DISP/SEMINF

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL.

Declaro que a empresa _____
(nome empresarial da licitante) inscrita no CNPJ nº: _____ com sede na
_____ (nº de
inscrição) _____,
(endereço completo) por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, infra-
assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº
_____, para fins do disposto no Aviso de Contratação Direta, tem pleno conhecimento de
todas as exigências relacionadas à execução dos serviços objeto do referido Aviso, que conhece as condições locais
para execução do objeto, e que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do
trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos
futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

(Local) _____, __ de _____ de 20__

Empresa e assinatura do responsável legal



VALORES ESTIMADOS

1. DO OBJETO

1.1. DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 035/2024 - DISP/SEMINF

1.2. Contratação de empresa para fornecimento de MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	ARAME FARPADO MATERIAL: AÇO DIÂMETRO: 2,76 MM TRATAMENTO SUPERFICIAL: GALVANIZADO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONCERTINA SIMPLES 300MM ARAME FARPADO 2,76MM ROLO DE 500MT	UND	3	428,95	1.286,85
2	ARAME GALVANIZADO MATERIAL: ARAME GALVANIZADO TIPO: Nº 18 ARAME GALVANIZADO 18 BWG FIO 1,24MM ROLO COM 105MTS 1KG	UND	30	24,40	732,00
3	BARRAMENTO COBRE TIPO: TERRA/NEUTRO APLICAÇÃO: INSTALAÇÃO ELÉTRICA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BARRA COM 06 BORNES CORRENTE NOMINAL: 50 A BARRAMENTO COM 6 BORNES – ATERRAMENTO	UND	25	42,75	1.068,75
4	CABO AÇO TRATAMENTO SUPERFICIAL: GALVANIZADO TIPO: COM ALMA DE SISAL BITOLA: 3/8" POL APLICAÇÃO: PERFURAÇÃO POÇO TUBULAR CABO DE AÇO 3,8MM REVESTIDO PVC CRISTAL (3/16)	M	500	16,70	8.350,00
5	CABO AÇO TRATAMENTO SUPERFICIAL: GALVANIZADO TIPO: ALMA DE FIBRA BITOLA: 5/16 POL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TORÇÃO REGULAR À DIREITA, FORMAÇÃO 6 X 7 CABO DE AÇO GALVANIZADO 5/16"	M	1000	8,47	8.470,00
6	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL TEMPERATURA: 70 °C TENSÃO ISOLAMENTO: 750 V COR DA COBERTURA: AZUL SEÇÃO NOMINAL: 2,5 MM2 MATERIAL DO CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO MATERIAL ISOLAMENTO: PVC - CLORETO DE POLIVINILA CABO FLEXÍVEL 2,5MM AZUL 750V	M	1000	2,23	2.230,00
7	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL TENSÃO ISOLAMENTO: 750 V NORMAS TÉCNICAS: NBR-6148, NBR-6245, NBR-6812 E NBR-6880 TÊMPERA CONDUTOR: MOLE COR DA COBERTURA: VERDE SEÇÃO NOMINAL: 2,5 MM2 MATERIAL DO CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO MATERIAL ISOLAMENTO: ISOLAÇÃO EXTRUDADA DE PVC ANTI CHAMA TEMPERATURA OPERAÇÃO: 70 °C CABO FLEXÍVEL 2,5MM VERDE 750V	M	1000	2,23	2.230,00



8	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL TENSÃO ISOLAMENTO: 750 V NORMAS TÉCNICAS: NBR-6148, NBR-6245, NBR-6812 E NBR-6880 TÊMPERA CONDUTOR: MOLE COR DA COBERTURA: VERMELHA SEÇÃO NOMINAL: 2,5 MM2 MATERIAL DO CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO MATERIAL ISOLAMENTO: ISOLAÇÃO EXTRUDADA DE PVC ANTI CHAMA TEMPERATURA OPERAÇÃO: 70 °C CABO FLEXÍVEL 2,5MM VERMELHO 750V	M	1000	2,02	2.020,00
9	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL TENSÃO ISOLAMENTO: 750 V NORMAS TÉCNICAS: NBR-6148, NBR-6245, NBR-6812 E NBR-6880 TÊMPERA CONDUTOR: MOLE COR DA COBERTURA: PRETA SEÇÃO NOMINAL: 2,5 MM2 MATERIAL DO CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO MATERIAL ISOLAMENTO: ISOLAÇÃO EXTRUDADA DE PVC ANTI CHAMA TEMPERATURA OPERAÇÃO: 70 °C	M	1000	2,02	2.020,00
10	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL TENSÃO ISOLAMENTO: 750 V NORMAS TÉCNICAS: NBR-6148, NBR-6245, NBR-6812 E NBR-6880 TÊMPERA CONDUTOR: MOLE COR DA COBERTURA: AZUL SEÇÃO NOMINAL: 6 MM2 MATERIAL DO CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO MATERIAL ISOLAMENTO: ISOLAÇÃO EXTRUDADA DE PVC ANTI CHAMA TEMPERATURA OPERAÇÃO: 70 °C CABO FLEXÍVEL 6,0MM AZUL 750V	M	600	3,45	2.070,00
11	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL TENSÃO ISOLAMENTO: 750 V APLICAÇÃO: INSTALAÇÃO ELÉTRICA NORMAS TÉCNICAS: NBR-6148, NBR-6245, NBR-6812 E NBR-6880 TÊMPERA CONDUTOR: MOLE COR DA COBERTURA: AZUL SEÇÃO NOMINAL: 10 MM2 MATERIAL DO CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO MATERIAL ISOLAMENTO: ISOLAÇÃO EXTRUDADA DE PVC ANTI CHAMA TEMPERATURA OPERAÇÃO: 70 °C CABO FLEXÍVEL 10,0MM AZUL 750V	M	200	7,00	1.400,00
12	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL TENSÃO ISOLAMENTO: 750 V NORMAS TÉCNICAS: NBR-6148, NBR-6245, NBR-6812 E NBR-6880 TÊMPERA CONDUTOR: MOLE COR DA COBERTURA: AMARELA SEÇÃO NOMINAL: 1,5 MM2 MATERIAL DO CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO MATERIAL ISOLAMENTO: ISOLAÇÃO EXTRUDADA DE PVC ANTI CHAMA TEMPERATURA OPERAÇÃO: 70 °C CABO FLEXÍVEL 1,5MM AMARELO 750V	M	500	1,68	840,00
13	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL TENSÃO ISOLAMENTO: 750 V NORMAS TÉCNICAS: NBR-6148, NBR-6245, NBR-6812 E NBR-6880 TÊMPERA CONDUTOR: MOLE COR DA COBERTURA: AZUL SEÇÃO NOMINAL: 1,5 MM2 MATERIAL DO CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO MATERIAL ISOLAMENTO: ISOLAÇÃO EXTRUDADA DE PVC ANTI CHAMA TEMPERATURA OPERAÇÃO: 70 °C CABO FLEXÍVEL 1,5MM AZUL 750V	M	660	1,35	891,00



14	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL TENSÃO ISOLAMENTO: 750 V NORMAS TÉCNICAS: NBR-6148, NBR-6245, NBR-6812 E NBR-6880 TÊMPERA CONDUTOR: MOLE COR DA COBERTURA: BRANCA SEÇÃO NOMINAL: 1,5 MM2 MATERIAL DO CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO MATERIAL ISOLAMENTO: ISOLAÇÃO EXTRUDADA DE PVC ANTI CHAMA TEMPERATURA OPERAÇÃO: 70 °C CABO FLEXÍVEL 1,5MM BRANCO 750V	M	450	3,24	1.458,00
15	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL TENSÃO ISOLAMENTO: 750 V NORMAS TÉCNICAS: NBR-6148, NBR-6245, NBR-6812 E NBR-6880 TÊMPERA CONDUTOR: MOLE COR DA COBERTURA: AZUL SEÇÃO NOMINAL: 4 MM2 MATERIAL DO CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO MATERIAL ISOLAMENTO: ISOLAÇÃO EXTRUDADA DE PVC ANTI CHAMA TEMPERATURA OPERAÇÃO: 70 °C CABO FLEXÍVEL 4,0MM AZUL 750V	M	900	3,24	2.916,00
16	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL TENSÃO ISOLAMENTO: 750 V NORMAS TÉCNICAS: NBR-6148, NBR-6245, NBR-6812 E NBR-6880 TÊMPERA CONDUTOR: MOLE COR DA COBERTURA: VERMELHA SEÇÃO NOMINAL: 4 MM2 MATERIAL DO CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO MATERIAL ISOLAMENTO: ISOLAÇÃO EXTRUDADA DE PVC ANTI CHAMA TEMPERATURA OPERAÇÃO: 70 °C CABO FLEXÍVEL 4,0MM VERMELHO 750V	M	700	3,08	2.156,00
17	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL TENSÃO ISOLAMENTO: 450/750 V TIPO: PARALELO FORMAÇÃO CONDUTOR: 2 X 1,5 MM MATERIAL DO CONDUTOR: COBRE MATERIAL COBERTURA: COMPOSTO TERMOPLÁSTICO ANTICHAMA CABO FLEXÍVEL TIPO PP 2X1,5MM	M	300	2,64	792,00
18	CAIXA PROTETORA HIDRÔMETRO MATERIAL: ALUMÍNIO COMPRIMENTO: 40 CM LARGURA: 50 CM PROFUNDIDADE: 11 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TAMPA TRANSPARENTE E CHAVE CAIXA PARA HIDROMETRO CAERN	UND	6	67,50	405,00
19	CAL VIVA MATERIAL: CARBONATO DE CÁCIO APRESENTAÇÃO: PÓ APLICAÇÃO: CONSTRUÇÃO EM GERAL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LAVÁVEL APÓS 48 HS CAL SUPERCAL EM PÓ, PACOTE 5KG	UND	200	12,90	2.580,00
20	CHAVE MAGNÉTICA TIPO: PARTIDA DIRETA TENSÃO NOMINAL: 380 V CORRENTE NOMINAL: 6,3 A CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TRIFÁSICA, WEG TRIF PDW02 - 3V4	UND	2	295,02	590,04
21	FECHADURA MATERIAL CAIXA: AÇO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MAÇANETA TIPO ALAVANCA E FOLHA DA PORTA 25/40 MM TIPO: EXTERNA FECHADURA EXTERNA EM AÇO COM 2 CHAVES, 1 PAR DE ESPELHOS, CONTRA TESTA, 1 PAR DE MAÇANETAS	UND	20	58,00	1.160,00



22	GRAMPO PARA CABO MATERIAL: AÇO TIPO USO: CABO AÇO BITOLA: 1/8 POL GRAMPO/CLIP PARA CABO DE AÇO 1/8"	UND	200	1,07	214,00
23	LÂMPADA LED TENSÃO NOMINAL: BIVOLT POTÊNCIA NOMINAL: 9 W TIPO BASE: E-27 COR: BRANCA TEMPERATURA DE COR: 6000 K FREQUÊNCIA NOMINAL: 50/60 HZ LÂMPADA AVANT LED 9W 6500K BIVOLT	UND	70	3,93	275,10
24	LIXEIRA MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL CAPACIDADE: 12 L TIPO: COM TAMPA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: HASTE E PEDAL PARA ACIONAMENTO DA TAMPA APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO LIXEIRA 12L, QUADRADA, AÇO INOXIDÁVEL COM TAMPA TIPO BASCULANTE	UND	8	187,00	1.496,00
25	PULVERIZADOR COSTAL MANUAL MATERIAL TANQUE: POLIETILENO CAPACIDADE TANQUE: 20 L PESO BRUTO MÁXIMO: 31,50 KG APLICAÇÃO: PULVERIZAÇÃO DE GASES E LÍQUIDOS PULVERIZADOR COSTAL MANUAL 20 LITROS	UND	1	390,00	390,00
26	QUADRO DISTRIBUIÇÃO QUANTIDADE FASES: 1 BARRAMENTO: SEM BARRAMENTO QUANTIDADE CIRCUITOS: 1 COR: CINZA REVESTIMENTO: PVC CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA DISJUNTORES "DIN" TAMANHO: 5 X 12 CM QUANTIDADE RAMAIS: 1 APLICAÇÃO: PROTEÇÃO CIRCUITO ELÉTRICO TIPO: SOBREPOR QUADRO DISTRIBUICAO PLASTICO 1 DISJUNTOR BRANCO	UND	30	5,00	150,00
27	QUADRO DISTRIBUIÇÃO QUANTIDADE FASES: 1 QUANTIDADE CIRCUITOS: 4 COR: CINZA REVESTIMENTO: PVC CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA DISJUNTORES TAMANHO: 20 X 20 CM APLICAÇÃO: PROTEÇÃO CIRCUITO ELÉTRICO TIPO: EMBUTIR QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA 04 DISJUNTORES - EMBUTIR	UND	8	38,35	306,80
28	QUADRO DISTRIBUIÇÃO QUANTIDADE FASES: 1 BARRAMENTO: BARRAMENTO EM COBRE QUANTIDADE CIRCUITOS: 8 COR: BRANCA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA EM ACRÍLICO TIPO: SOBREPOR MATERIAL: PVC RÍGIDO FIXAÇÃO: TRILHO DIM QUADRO D DISTRIBUIÇÃO PARA 08 DISJUNTORES, COM BARRAMENTO - EMBUTIR	UND	12	77,81	933,72
29	RELÉ DE NÍVEL TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220 V RELE DE NIVEL PARA RESERVATORIO 220V A 380V REL 01	UND	2	180,00	360,00
30	TELHA MATERIAL: FIBROCIMENTO TIPO: ONDULADA COMPRIMENTO: 244 CM LARGURA: 110 CM ESPESSURA: 5 MM TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA 5MM 2,44X1,10MM	UND	25	54,00	1.350,00
31	TINTA ACRÍLICA COMPONENTES: RESINA ACRÍLICA COM ÁGUA ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO VISCOSO	UND	25	100,00	2.500,00



	COR: BRANCO GELO TIPO ACABAMENTO: FOSCO TINTA ACRÍLICA BRANCO GELO 15L				
32	TRILHO CORTINA MATERIAL: FERRO/PVC COMPRIMENTO: 3 M CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MODELO VARÃO SIMPLES, COM SUPORTES DIÂMETRO: 28 MM VARÃO DE CORTINA BRANCO	UND	3	15,00	45,00
33	TUBO HIDRÁULICO MATERIAL: PVC DIÂMETRO: 25 MM TIPO: SOLDÁVEL TUBO PVC ÁGUA FRIA 25MM – BARRA COM 6M	UND	30	23,67	710,10
34	TUBO HIDRÁULICO MATERIAL: PVC DIÂMETRO: 60 MM TUBO PVC ÁGUA FRIA 60MM – BARRA COM 6M	UND	12	161,00	1.932,00
35	TUBO PLÁSTICO MATERIAL: PVC DIÂMETRO: 100 MM COMPRIMENTO: 6 M APLICAÇÃO: ESGOTO TUBO PVC ESGOTO PREDIAL 100MM	UND	20	72,30	1.446,00
36	VASO SANITÁRIO MATERIAL: LOUÇA COR: BRANCA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACOPLADO COM DESCARGA TIPO: CONVENCIONAL BACIA ACOPLADA BRANCA – CAPACIDADE 6L	UND	4	303,10	1.212,40
				VALOR GLOBAL	58.986,76

Rogian Matheus Batista Rêgo
Secretário Municipal de Infraestrutura
Matrícula n.º 595-2

**MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI
A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, E
.....

A(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, com sede no(a), na cidade de, /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Contratação Direta na modalidade XXXXXXXXXXXX n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. A Proposta do contratado; e
- 1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.2.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO



- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....);
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Caso a administração decida pelo não reajustamento de ofício, fica o reajuste condicionado a apresentação de requerimento pelo(a) CONTRATADO(A).
- 7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.
- 7.9. O reajuste será realizado por apostilamento, conforme estabelece o inc. I, do art. 136, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. As cláusulas referentes as obrigações do contratante constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. As cláusulas referentes as obrigações do contratado constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

- 10.1. Não haverá exigência da garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1. As cláusulas referentes as infrações e sanções administrativas constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.



- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- 12.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 12.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.4.3. Indenizações e multas.
- 12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

- 13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 14.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 14.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 14.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



- 14.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 14.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 14.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 14.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 14.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 14.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 14.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 14.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês;
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

- 18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Portalegre/RN, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE



Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN
EXTRATO DE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 035/2024 - DISP/SEMINF
(Processo Administrativo n.º 26040002/2024)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, por meio do Setor de Licitações, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento por menor preço por item, na hipótese do Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal n.º 517/2023, e demais normas aplicáveis, conforme discriminado a seguir:

Data de início para apresentação da proposta e documentação	02 de maio de 2024
Data limite para apresentação da proposta e documentação:	07 de maio de 2024
Hora limite para apresentação da proposta e documentação:	16h00min
Endereço eletrônico para recebimento da proposta e documentação:	licitportalegre@gmail.com
Link do Aviso de Contratação Direta e Anexos:	Site Oficial da Prefeitura (www.portalegre.rn.gov.br) e no Site Oficial do Portal Nacional de Contratações Públicas (https://www.gov.br/pncp/pt-br)
Critério de Julgamento:	menor preço por item

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL.

O Aviso de Contratação Direta e seus Anexos estarão disponíveis no Site Oficial do Município: <https://www.portalegre.rn.gov.br/>, e no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

Outras informações poderão ser obtidas na Rua José Vieira Mafaldo, 122, Centro, Portalegre/RN, Sala 18 do Centro Administrativo Maria Albaniza de Albuquerque Freitas e Site Oficial da Prefeitura: www.portalegre.rn.gov.br, no horário das 08h às 13h de segunda a sexta feira.

Portalegre/RN, 02 de maio de 2024.

Rogian Matheus Batista Rêgo
Secretário Municipal de Infraestrutura
Matrícula n.º 595-2